

IMPACTO DA PANDEMIA NA ECONOMIA BRASILEIRA

LIMA NETO, Otavio²

MARTNS, Mariana Nayara Antunes de Lima¹

MARTINS, Warlon da Silva¹

NAGATSUKA, Divane Alves da Silva²

RÁO, Eduardo Martins²

RODRIGUES JUNIOR, Renaldo²

1 RESUMO

Este artigo analisa os possíveis impactos econômicos da pandemia brasileira observada no dia a dia das pessoas e nos municípios do país. As medidas de distanciamento social iniciadas em março contribuíram para aumentar a taxa de desemprego da população. Uma das propostas para retomar o crescimento econômico do país é o investimento público, especialmente o investimento em infraestrutura. O investimento em infraestrutura tem promovido o desenvolvimento de muitos setores, como a construção civil, e esses setores têm criado muitas oportunidades de emprego. Após a pandemia, o país terá que enfrentar alguns desafios: desemprego, aumento da pobreza, falências massivas e a necessidade de mercados de crédito mais eficientes. A fim de aliviar o impacto da pandemia, o governo adotou as medidas temporárias 936/20 para reduzir a jornada de trabalho e suspender temporariamente os contratos de trabalho. Esta é uma alteração aos regulamentos de trabalho que mitiga o impacto negativo do covid-19. No entanto, para superar essa epidemia e seu impacto econômico, é necessário que o governo faça uma declaração clara sobre todos os aspectos da política.

Palavras-chave: COVID-19; Economia Brasileira; Impactos econômicos; Pandemia; Desemprego.

2 INTRODUÇÃO

No processo de conversão da Covid-19 em uma pandemia mundial, a crise econômica que há algum tempo envia sinais de alerta ao sistema econômico global se amplia. No Brasil, a chegada desta nova crise é ainda mais grave, pois a economia do país não se recuperou da severa recessão ocorrida entre 2015 e 2017, e mostrou apenas pequenos sinais de recuperação em 2018 e 2019.

Como resultado, o impacto da crise da Covid-19 na economia nacional em 2020 exacerbou as condições socioeconômicas já em forte deterioração. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a pandemia do COVID-19 reduziu o setor industrial em abril em 18,8% em relação a março. Com a queda, a produção do Brasil está 38,3% abaixo da alta histórica.

Nessas circunstâncias, é muito provável que alguns dos efeitos mais dramáticos desta nova crise econômica se façam sentir fortemente no mercado de trabalho nacional, que já se encontrava em um processo

de deterioração desde 2015. Essa nova crise deverá aportar uma discrepância inédita entre a queda no PIB e no nível de emprego, pois, mesmo que as atividades econômicas sejam bastante afetadas nesse processo, o ajuste sobre o volume de trabalhadores empregado tenderá a ser ainda maior, tanto em função dos “cortes de custos” que deverão ser feitos pelas empresas, como pelo caráter das atividades que foram paralisadas. Neste caso, são os segmentos empresariais mais intensivos em mão de obra, como são os casos das micros, pequenas e médias empresas, que estarão mais sujeitas aos impactos negativos da pandemia.

Em março, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia e o Brasil registrou morte de COVID-19 pela primeira vez, os governos adotaram medidas de distanciamento social para conter a disseminação do novo coronavírus. Como resultado, negócios e serviços não essenciais precisaram ser interrompidos e a demanda foi drasticamente reduzida. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE (PNAD Contínua), o número de desocupados subiu para 12,8 milhões (12,6%) no trimestre encerrado em abril, aumento de 898 mil em relação ao trimestre anterior. O levantamento apontou que o Brasil bateu recorde, com 5 milhões de desalentados - aqueles que desistiram de procurar trabalho.

Segundo dados do novo Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED), a ação teve resultados desastrosos no mercado de trabalho brasileiro, que foi oficialmente alterado de março para abril devido à nova pandemia do coronavírus, onde fechou 1,1 vagas com carteira assinada. Outros 8,1 milhões de trabalhadores tiveram contrato suspenso ou redução de salário e jornada – com respaldo da Medida Provisória 936 –, segundo o Ministério da Economia.

Desta forma, está claro hoje que o impacto da Covid-19 no país não será de curta duração. Não apenas o período de aumento no número de pessoas afetadas deverá ser mais longo do que o inicialmente previsto pelas autoridades nacionais de saúde, mas também o impacto econômico deverá continuar nos próximos anos.

Diante da ameaça da própria estrutura econômica do país, a incapacidade do “mercado” de fornecer soluções adequadas para a deterioração das condições de vida dos trabalhadores tornou-se mais evidente do que nunca. Portanto, é necessário analisar as principais tendências do mercado de trabalho nacional e as ações do governo frente a essas tendências, sendo essas questões os principais objetivos deste artigo.

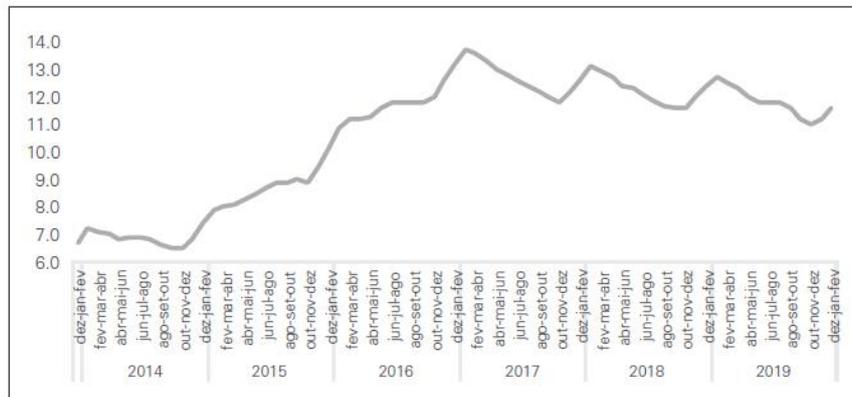
3 JUSTIFICATIVA

A segunda década do século XXI apresenta os piores índices de desemprego da história recente do Brasil. Nesse quesito, a crise que atingiu o país ao final de 2014 superou inclusive a acelerada ascensão do desemprego observada na década de 1990. A taxa de desocupação, que flutuava ao redor de 7% no início de 2014, atingiu seu ápice nos primeiros meses de 2017, quando ultrapassou a marca dos 13% (Figura 1).

Nesse período, o número de desempregados no Brasil mais que dobrou, atingindo 13 milhões de pessoas no auge da crise. Após três anos desse ápice, verifica-se que a situação pouco se alterou. Isso porque, no trimestre que se encerrou em fevereiro de 2020, a taxa de desocupação no país ainda era de 11,6%, ou seja, apenas 1,6

ponto percentual abaixo da registrada no mesmo trimestre de 2017. Nesse contexto, nem sequer a pequena redução no desemprego observada ao final de 2019 poderia ser considerada uma boa notícia, uma vez que se explica mais pela saída de pessoas do mercado de trabalho do que pelo aumento sustentado de vagas de emprego.

Figura 1: Taxa de desocupação no Brasil (% , trimestres móveis entre dezembro de 2013 e fevereiro de 2020).



Fonte: PNADC - Divulgação mensal (2020). Elaboração dos autores.

Nos próximos meses, a taxa de desemprego certamente vai subir, porém não a tais percentuais. No entanto, espera-se que cresça o suficiente para dar uma medida mais precisa da tendência de deterioração do mercado de trabalho. Como a taxa de desemprego é a razão entre as pessoas que estão procurando emprego e o montante da força de trabalho, as medidas de distanciamento social tomadas para controlar a nova pandemia do coronavírus podem reduzir temporariamente o número de pessoas que procuram trabalho nas ruas.

Nesse sentido, pressupõe-se que os primeiros sinais de deterioração do mercado de trabalho nacional podem advir do aumento da população frustrada, ou seja, da efetiva busca de emprego daqueles que estão dispostos a trabalhar mas não estão disponíveis por algum motivo. Nos próximos meses, seja pela adoção de medidas quarentenárias, seja pela perspectiva de não conseguir encontrar emprego na crise econômica, esses números aumentarão em um ritmo sem precedentes.

Além de fechar quase todos os locais que prestam serviços pessoais, lazer e cultura, o isolamento social para diminuir o risco de infecção atinge também os trabalhadores que vivem do famoso “bico”, que constituem parte importante de 5,4% da força de trabalho ocupada em outros grupos de serviço. Da mesma forma, os trabalhadores domésticos, que representavam 6,7% da população ocupada em 2020, também correm o risco de perder sua fonte de renda. Como resultado, desde 2014, o mercado de trabalho brasileiro perdeu 2,5 milhões de empregos por meio de contratos formais.

O resultado desse processo é que a participação dessa categoria no agregado comum caiu para 37,2% no trimestre encerrado em fevereiro de 2020. Nesse período, nem sequer o setor público seguiu a queda da formalização, uma vez que o número de funcionários públicos estatutários ou militares se manteve estável, representando 8,4% dos ocupados em 2020.

A redução dessas categorias de emprego obrigou parte da população inativa a assumir ocupações informais. Dentre os setores de atividades, percebe-se que o comércio foi um dos mais afetados, uma vez que fechou 1,2 milhão de vagas no trimestre, retratando uma queda de 6,8% em relação ao trimestre anterior. Posteriormente, aparecem as construtoras com -13,1%, correspondendo a perda de 880 mil vagas; os serviços domésticos com -11,6, significando redução de 730 mil vagas; e as atividades de alojamento e alimentação com -12,4%, atuando diminuição de 700 mil vagas. Somente o setor da administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais expandiram as ocupações em 1,8%.

4 METODOLOGIA

É um estudo abrangente, incluindo pesquisas bibliográficas sobre pandemia e suas decorrências no sistema econômico.

Quanto ao enfoque de pesquisa, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, sendo o primeiro enfoque a obtenção de informações de acervos bibliográficos, tais como: livros, dissertações, artigos, teses, revistas, jornais e redes eletrônicas, em consonância com a pesquisa.

O método de pesquisa utilizado neste referido é baseado em um método de interpretação descritiva. Essas questões refletem o cotidiano e consideram aspectos relacionados ao dia a dia sobre o assunto, sendo baseadas em análises bibliográficas e levantamentos de estudos de caso na área de pesquisa. Esses estudos irão nortear a base teórica e metodológica do trabalho, preparar para futuras pesquisas e fornecer dados e conceitos para tópicos afins. Os artigos selecionados foram lidos integralmente para subsidiar a discussão entre o impacto gerado na parcimônia e o referido tema designado.

5 DESENVOLVIMENTO

Segundo dados divulgados pelo Ministério da Saúde, o Brasil se tornou o novo epicentro da nova pandemia de coronavírus, com mais de 500 mil pessoas diagnosticadas com COVID-19. Milhares de casos da doença e vidas interrompidas dividem espaço com os negativos resultados da economia brasileira e as tensões na arena política. Diante dessa crise, alguns economistas acreditam que o país entrará em recessão no próximo semestre.

A economia brasileira começou a se recuperar lentamente, mas essa pandemia transformou todo otimismo em previsões deprimentes, agravou a desigualdade e criou um ambiente gravemente inseguro. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Nacional Bruto (PIB) caiu 1,5% no primeiro trimestre de 2020, refletindo o impacto da nova pandemia de coronavírus na economia brasileira. Esse número é o menor resultado desde o segundo trimestre de 2015, quando o indicador caiu -2,1%.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos pelo país em um determinado período de tempo. Este é um importante indicador de crescimento econômico, contração ou manutenção da estabilidade.

Os dados do IBGE apontaram ainda que o recuo na economia foi motivado pela queda de 1,6% nos serviços – setor que configura 74% do PIB brasileiro –, a indústria encolheu -1,4% e a agropecuária cresceu 0,6%. Já o consumo das famílias, que representa 65% do produto interno bruto, caiu 2% enquanto o do governo teve expansão de 0,2%.

Ainda, o "Relatório Focus" semanal do Banco Central coletou as expectativas dos economistas para os principais indicadores do país. No relatório divulgado em 1º de junho, economistas de mais de 100 instituições financeiras estimaram que o PIB em 2020 reduziu 6,25%.

Apesar de o Brasil ultrapassar 60 mil mortes por COVID-19, alguns estados iniciaram os planos de flexibilização da quarentena para permitir a retomada de comércios e outros serviços não essenciais.

6 RESULTADOS

A análise proposta visa explicar as razões da maior retração histórica na indústria de serviços desde 1948 (ano de início da série), a fim de investigar quais partes das principais atividades de serviços, impactadas pela pandemia, levaram a esse cenário de queda.

O impacto econômico da crise do coronavírus está diretamente relacionado à determinação do isolamento social e pode ser dividido em três partes: i) impacto imediato diante das restrições à produção e ao consumo; ii) a duração do período de recuperação e iii) o impacto na trajetória de longo prazo da economia. Quanto mais longo for o período de isolamento, maiores serão os custos nessas três áreas.

Obviamente, a pandemia e a necessidade de isolamento social foram um papel decisivo no desempenho catastrófico da economia em 2020, e conseqüentemente em 2021. No entanto, é claro que os dois primeiros meses deste ano não foram afetados pela pandemia, e isso tem mostrado que a economia não dará sinais de crescimento mais forte em 2020. Isso sugere que, muito provavelmente, caso nada tivesse acontecido para acelerar o crescimento econômico, teríamos encerrado 2020 com um desempenho medíocre, conforme ocorreu nos três anos anteriores.

Em suma, podemos ter certeza de que as medidas tomadas até o momento não serão capazes de conter a queda repentina da renda da classe trabalhadora. Ao contrário, essas medidas parecem ser mais para perpetuar a deterioração do mercado de trabalho nacional do que garantir um nível adequado de emprego e renda suficiente para atender às necessidades básicas da população.

Com isso, a demanda deve diminuir sequencialmente, o que causará desemprego e deterioração das condições sociais de reprodução da classe trabalhadora no próximo período. No sentido oposto às medidas já tomadas, o próximo período mostrará mais uma vez que a questão-chave não são os custos da mão-de-obra, mas a incapacidade de motivação econômica para criar novos empregos de qualidade e em quantidades suficientes

para atender todos os trabalhadores do país que atualmente se encontram efetivamente fora do mercado de trabalho organizado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, os dados e as projeções deste ano mostram que o impacto da crise na economia brasileira será enorme, e ainda mais severa do que as consequências da crise financeira e política de 2014. É claro que esses efeitos não afetarão apenas a economia nacional, mas também outras economias globais. As economias que não conseguirem controlar rapidamente a epidemia e continuarem alimentando altos níveis de incerteza sobre a capacidade de controlar as crises de saúde tendem a sofrer mais bruscamente no choque da "segunda onda".

É preciso lembrar que, além do maior impacto no PIB brasileiro, essa crise também é muito diferente da crise financeira global de 2008. A crise pandêmica afeta diretamente a capacidade de produção, de modo que a política monetária é relativamente ineficaz na restauração das atividades.

Por esse motivo, os formuladores de políticas em todo o mundo estão enfatizando cada vez mais a importância de políticas fiscais expansionistas (gastos do governo) para a recuperação econômica após a pandemia. No entanto, as autoridades econômicas nacionais tendem a tratar a epidemia e seus efeitos como um fenômeno temporário e afastam a possibilidade de expansão do investimento público. Esse equívoco sobre a gravidade da crise prejudicará a recuperação econômica e prolongará a estagnação da economia brasileira. Do ponto de vista de choques externos e políticas comerciais e industriais pós-crise, o impacto do declínio da renda global e políticas comerciais mais protecionistas podem afetar gravemente as exportações do Brasil.

Ainda, vale lembrar que, embora o consumo interno responda por grande parte do PIB, a indústria brasileira é altamente dependente da importação de insumos industriais e podem ser abaladas pelo colapso de certas cadeias de fornecimento, sendo também afetada a sucessão produtiva de possíveis guinadas protecionistas comerciais.

Em contrapartida, o declínio da liberalização comercial pode abrir espaço para a implementação de políticas industriais e comerciais mais alinhadas aos objetivos de desenvolvimento industrial do país. De qualquer forma, dadas as atuais perspectivas de relaxamento das autoridades econômicas nacionais, a possibilidade de trabalhar nesta direção parece muito pequena.

7. FONTES CONSULTADAS

AGÊNCIA BRASIL. Coronavírus pode levar 500 milhões de pessoas para a pobreza. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/coronavirus-pode-levar-500-milhoes-de-pessoas-para-pobreza>>. Acesso em: 24 mai. 2021.

O GLOBO. **MP 936: acordos de redução de salário e suspensão de contrato de trabalho já chegam a 3,5 milhões**. Disponível em: <oglobo.globo.com/economia/mp-936-acordos-de-reducao-de-salario-suspensao-de-contrato-de-trabalho-ja-chegam-35-milhoes-1-24389615>. Acesso em: 24 mai. 2021.

COSTA, L. M. C.; MERCHAN-HAMANN, E. Pandemias de influenza e a estrutura sanitária brasileira: breve histórico e caracterização dos cenários. **Revista Pan-Amazônica de Saúde**, n. 7, v. 1, 2016.

PNADC. **Divulgação Mensal [IBGE], 2021**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 22 mai. 2021.

SEBRAE. **O Impacto da pandemia de coronavírus nos Pequenos Negócios**. 2021. Disponível em: <www.sebrae.com.br> Acesso em: 21 mai. 2021

BOLETIM MACRO, FGV. **Piora da pandemia e seus impactos na economia**. Disponível em: <<https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2021-03/2021-03-boletim-macro.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2021.

BARBOSA FILHO, F. H. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, 2017.